



Rede Brasileira Agroflorestal - REBRAF

**Seminário Nacional sobre Políticas Públicas e Financiamento para o  
Desenvolvimento Agroflorestal no Brasil**

*Brasília, 18 a 20 de agosto de 2004*

**Mesa I - PARCERIAS ENTRE GOVERNO, ONGs e PRODUTORES RURAIS**

*Coordenador: Jorge Luiz Vivan <sup>1</sup>*

Este texto pretende apresentar tópicos de debate para a apropriação pública dos Sistemas Agroflorestais como política de desenvolvimento rural, bem como o papel das organizações não-governamentais (ONGs) no processo. A forma escolhida é a apresentação de uma “idéia central”, seguida de uma pergunta “guarda-chuva”, que induza ao debate. A própria apresentação da idéia traz a perspectiva inicial do autor sobre o assunto em pauta, e a ordenação dos assuntos pretende construir uma estrutura lógica, desde questões conceituais até de execução.

**1. SAF, ONG e Políticas Públicas**

**1.1. Quem somos nós?**

Desde sua constituição como República, a gênese institucional da administração pública foi corporativa e autoritária. Os próprios movimentos populares herdaram em certa medida este modelo, e superar estes limites de forma e fluxo é um desafio constante para os administradores. Primeiro, o desafio deve ser encarado nas próprias ONGs, onde supostamente a tarefa é mais simples. Paralelamente, deve acontecer nas instâncias governamentais e financiadoras, onde as mudanças, principalmente de fluxo e forma, são geralmente mais árduas de serem realizadas. Em termos de conceito, são aqui consideradas, em relação à sua origem, principalmente as organizações não-governamentais surgidas:

- pelo esforço de técnicos e lideranças de movimentos de base no sentido de criar um apoio estratégico e de informação para estes movimentos;
- pela iniciativa de intelectuais e técnicos de áreas específicas que criam organizações sem fins lucrativos objetivando oferecer informação e serviços à sociedade.

As implicações desta opção conceitual são:

- reconhecer que ONG's não constituem por definição representação política da sociedade ou de movimentos populares;
- elas podem estar representando movimentos populares e sociedade, mas são objetivamente uma instância de apoio técnico e estratégico constituída por um

---

<sup>1</sup> Jorge Luiz Vivan, M.Sc. em Agroecossistemas, Doutorando em Recursos Genéticos Vegetais pela UFSC. E-mail: [jlivan@terra.com.br](mailto:jlivan@terra.com.br).



perfil amostral dos indivíduos, percepções e momento histórico da sociedade de onde emergiu.

Neste sentido, a pergunta a ser feita é:

*“Existe uma clareza na sociedade brasileira (e por conseqüência dos próprios integrantes de OG’s e ONG’s) em relação à natureza e papel das organizações não-governamentais, uma vez contrastadas com as agências governamentais que executam atividades semelhantes?”*

## **1.2. Qual é nosso papel?**

As ONGs não raramente desempenham o papel de substitutas do Estado, geralmente por omissão ou inoperância deste. De modo eventual, acaba se colocando, no cenário do desenvolvimento rural, como “representantes” de agricultores e/ou indígenas, na falta de uma real representação política surgida da base.

Por outro lado, as OG’s simplesmente são a “coisa pública”. Num mundo ideal, deveriam estar conectadas às demandas e necessidades estratégicas da sociedade, uma vez que supridas com os recursos necessários oriundos desta mesma sociedade. Em muitos casos, entretanto, quando conduzidas a um cenário de trabalho comum:

- ONG’s e OG’s lutam por seus “territórios” de atuação e recursos;
- esta luta se dá dentro de uma perspectiva corporativista e imune à autocrítica;
- este processo confunde e em nada contribui para que a sociedade se aproprie do Estado e de suas políticas;
- a competição cria uma lacuna de imobilismo ocupada por grupos que instrumentalizam o Estado e que acabam por “privatizar” o que deveria ser público. Isto se dá tanto por interesses estritamente corporativos numa apropriação privada desde dentro da esfera governamental, como por ONG’s que tem foco e visão restrita a seus interesses imediatos.

As perguntas:

*“Quem deve propor e executar políticas de vanguarda que tem potencial ou já são da esfera pública?”*

*“Quem tem agilidade para executar ações neste âmbito?”*

*“Como este tipo de ação pode ser monitorada/compartilhada com a sociedade?”*

## **1.3. Como fazer?**

Entre as tarefas fundamentais para se criar um movimento de diálogo e ação compartilhada em rede, alguns pontos são fundamentais, entre eles:



- reconhecer a necessidade de autocrítica e redefinição de estratégias institucionais em ambas as esferas (OG e ONG), face à complexidade e diversidade da agricultura familiar e da proposta de abordagem ecossistêmica que os SAF pressupõe;
- necessidade de ação em rede, incluindo a esfera governamental de base municipal, com ampla participação da base social na concepção e gerenciamento de projetos;
- mobilização de saberes e/ou recursos genéticos e/ou recursos financeiros de base local/regional como pressuposto para pleitear recursos federais e/ou internacionais;
- viabilizar um Fundo Nacional de Agricultura Familiar com orçamento definido por lei que viabilize ações de ATER e investimento em SAF no nível municipal com apoio de planejamentos de base bio-regional;
- abrir o leque de parcerias e de campos de conhecimento nas equipes que definem editais e que executam projetos (etnobotânica, agronomia, ecologia, geografia, antropologia, sociologia, geoprocessamento, história, pedagogia).

A pergunta que busca criar o foco é:

*“Quais ações em SAFs, sejam em curso ou em projeto, este seminário indica que sejam colocadas imediatamente na mesa de negociação entre OG’s, ONG’s e financiadores?”*

## **2. O que estamos fazendo?**

De modo geral, alguns itens de uma pauta de complementariedade entre OG’s e ONG’s está em andamento, e entre elas estão as seguintes metas:

- Gerar e consolidar interfaces (indicadores, descritores, sistemas de monitoramento) que viabilizem bancos de dados regionais e nacionais de apoio à tomada de decisão quanto aos SUT envolvendo SAF, facilitando a negociação financiadores\proponentes;
- Considerar nestes a cadeia produtiva e a abordagem antropológica, social e ecológica;
- Manter um fluxo constante de informação articulação virtual e presencial entre técnicos das redes envolvidas;
- Facilitar contato entre agricultores e entre grupos de interesse que não sejam corporativos mas sim interativos.

As perguntas orientadoras do debate são:

*“Existe uma avaliação de ambas as partes (incluindo financiadores externos) sobre os progressos neste campo?”*

*“Esta avaliação já se traduz em modificações em forma e fluxo de assistência técnica e crédito governamental?”*

*“Estas modificações já tem impactos nos Sistemas de Uso da Terra regionais?”*



### 3. Diálogo passo a passo

“*Antes de julgar alguém, caminhe com suas sandálias*” - Este provérbio árabe coloca a questão fundamental, que é o nivelamento do que realmente está acontecendo em SAF no país, de forma transparente e desarmada de corporativismo. Sem o (re)conhecimento, não há diálogo nem agenda comum. Construir este conhecimento demanda:

- sistematizar e discutir o papel profissional dos agricultores(as) e/ou indígenas que atuam como facilitadores\mediadores críticos de desenvolvimento junto aos projetos;
- ter mais claro os aspectos pedagógicos, culturais, econômicos e legais que definem estes projetos, face às experiências na América Latina e outros continentes;
- criar uma maior visibilidade e transparência dos projetos, ações e sua relação custo\benefício comparada, através de visitas, seminários, bem como pela disponibilização facilitada dos resultados através de sistematizações e avaliações de resultados (revistas, websites, artigos científicos, popularização via jornais regionais);
- ter em mente que os movimentos populares e a sociedade organizada movem e/ou se apropriam da “coisa pública”, e sem uma ressonância deste nivelamento dentro destas esferas, não ocorrerão mudanças significativas.

A pergunta que fica é:

*“Que recursos e esforços (externos, governamentais e não-governamentais) podem ser direcionados de imediato para estas metas?”*

### 4. Sugestões para uma agenda comum

Uma agenda é sempre uma espécie de “cartografia” construída em comum com o objetivo de superar os obstáculos que impedem que os participantes cheguem juntos aos mesmos objetivos. Neste contexto e no plano de diagnóstico, alguns elementos que as experiências em curso sugerem para o curto prazo são, entre outros:

- **Um mapa de demandas de formação continuada em diferentes níveis**, considerando desde técnicos envolvidos e monitores indígenas\agricultores até as instâncias de gestão governamental\financiadores;
- **Mapas regionais e micro-regionais de recursos genéticos de agrobiodiversidade e biodiversidade**, fluxos e ameaças, potenciais e fontes de oferta e demanda, conectando estes bancos de dados com informações de governamentais (CENARGEN, INPA, EMBRAPA, Universidades, Pesquisa Estadual);
- **Mapear temas e ofertas para ações em parceria** com ensino, pesquisa e extensão dentro de uma abordagem ecossistêmica e participativa, comprometida com o desenvolvimento sustentável e os modos de vida tradicionais e indígenas.



No plano das ações:

- Gerar ou facilitar o acesso à uma **bolsa permanente de editais, estágios multidisciplinares e posições de trabalho** em ONG's e OG's relacionadas ao tema SAF, divulgada junto à escolas técnicas e de nível superior em todo o país;
- Reforçar o papel de ações de **extensão universitária e pesquisa-participante como elemento de avaliação** de instituições de ensino e pesquisa frente ao CNPq, CAPES e financiadoras estaduais;
- **Oportunizar com recursos e formação** que prefeituras municipais, associações de agricultores, sindicatos e cooperativas possam complementar e ou contratar os serviços de profissionais da área agroflorestal;
- Privilegiar para isto **planos de "formação-na-ação"**, e para isto selecionar, nivelar e/ou contratar profissionais dentro do campo das ONG's e OG's com capacidade nesta área;
- **Apoiar e consolidar os serviços públicos de ensino, extensão rural e pesquisa agropecuária estaduais** de modo que sejam renovados e adequados à tarefa de evitar que os Sistemas de Uso da Terra sejam definidos apenas por pressão política e econômica externa, sem levar em conta a sócio e biodiversidade e sua complexidade.

## 5. Considerações finais

O grande desafio é que os projetos institucionais deixem de ser apenas individuais e encontrem seu caminho para proporem e executarem (em rede) políticas públicas, sejam elas oriundas da esfera governamental ou como propostas gestadas inicialmente por iniciativas da sociedade organizada. O ponto crítico é que isto depende de projetos cujos "sistemas operacionais", tanto em termos de concepção, monitoramento e execução tenham uma interface comum, e que sejam apropriados pela pesquisa, ensino e extensão oficiais.

Isto considerado, se reforça a necessidade de financiar e consolidar esforços no que se pode chamar de "projeto do projeto". Em outras palavras, a leitura da realidade e o prognóstico de ações como fruto do envolvimento dos protagonistas na própria leitura da realidade que se quer transformar, e não como "beneficiários de recursos e assistência técnica". Como foi colocado inicialmente, é sempre mais fácil mudar pessoas, nomes de setores e criar cargos de confiança do que mudar e renovar fluxos e formas de ação cujo anacronismo impedem a ação em redes sociais. Sem esta mudança, a ser operada tanto por financiadores, governos como

ONGs, um futuro preocupante se desenha, e cabem ações imediatas. Este é um momento político e econômico histórico, onde cada vez mais ficam claros os confrontos de vias de desenvolvimento. O desafio para as ONGs é entender o acumulado de uma caminhada de mais de 20 anos em desenvolvimento rural sustentável como experiência e não como prerrogativa para a imunidade à crítica, e para a esfera governamental não como competição à sua ação e prioridade, mas como oportunidade de aproximar o Estado da Sociedade na construção de um futuro viável.